

ACTA: um acordo aberto decidido secretamente?

A abordagem secreta adotada pelas partes ao negociar o controverso Acordo Contra o Comércio Pirata (ACTA, na sigla em inglês) deu pouco espaço para o questionamento por parte do público em relação aos limites da liberdade de expressão, afirma Graham Reynolds.



O Acordo Contra o Comércio Pirata (ACTA) é um acordo multilateral negociado entre Austrália, Canadá, União Europeia e seus 27 Estados, Japão, México, Marrocos, Nova Zelândia, República da Coreia, Singapura, Suíça e EUA.

Como mostra o [preâmbulo](#) do texto final do acordo, o ACTA pretende “combater a proliferação de produtos piratas e cópias assim como os serviços que distribuem esses materiais”. o ACTA também tem como objetivo “enfrentar o problema das violações de direitos de propriedade intelectual, incluindo aquelas que acontecem em ambiente digital... para com isso equilibrar os direitos e interesses de detentores de direitos intelectuais, provedores de serviços e usuários”. O conteúdo do ACTA tem sido criticado por vários acadêmicos, especialistas e organizações não-governamentais. Eles sugerem, entre outras coisas, que se certos pontos do ACTA foram implementados, a liberdade de expressão sofrerá um impacto negativo.

Esse estudo de case não tem o intuito de abordar o conteúdo do ACTA, mas destacar uma

Liberdade de Expressão em Debate

Thirteen languages. Ten principles. One conversation.

<https://freespeechdebate.com/pt-pt>

questão o processo de negociação do ACTA. As negociações formais para um acordo iniciaram em 2008. representantes de governos participaram de onze rodadas de negociações antes to texto final ser definido, o que ocorreu em novembro de 2010. Os participantes optaram por manter o sigilo das negociações. O público não teve voz no processo, particularmente nas primeiras etapas das negociações.

Essa abordagem sigilosa foi [publicamente justificada](#) como sendo “uma prática aceita durante negociações entre países soberanos a de não compartilhar os textos da negociação com o grande público, particularmente na primeira etapa das negociações”. Como [afirmou](#) o representante do Escritório de Comércio dos EUA, “isso permite que as delegações conversem sobre seus pontos de vista de forma franca, facilitando a negociação e os acordos necessários para chegarem a um pacto sobre questões complexas.” A Comissão Europeia corroborou essa visão, ao [afirmar](#) que “por razões de eficiência, é natural que negociações intergovernamentais sobre questões de impacto econômico não aconteçam aos olhos do público e que as partes sejam obrigadas a manter um certo nível de sigilo.”

Publicado em:Abril 25, 2012